

ATÉ ONDE VAI A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Bruna Arielle Michette Silva
Renato Horta Rezende
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor
Ivone Alves De Sousa Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS

Introdução

O Brasil é um Estado Democrático de Direito. No entanto, nos dias atuais a população não sabe se existe liberdade de expressão ou censura ao se manifestar contra determinados discursos. A Constituição de 1988 trouxe o que chamamos de Direitos Fundamentais, que garante a sociedade o mínimo necessário para a existência de uma pessoa. E com eles, foi determinado o direito de se expressar. Entretanto, até onde existe o direito de se manifestar sem infringir o direito do outro. Até onde existe a manifestação de vontade sem excluir o direito a dignidade da outra pessoa. Até onde existe a garantia da liberdade individual sem omitir o poder do próximo.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que existe o direito à liberdade de expressão para todos. Mas, cabe discutir qual é o limite que a manifestação de liberdade não infringe o direito fundamental de outra pessoa.

Material e Métodos

Esse trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica. Pois é baseado em materiais que já foram elaborados anteriormente. O material utilizado baseia-se na Constituição de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Código Penal e artigos científicos. O método utilizado é a pesquisa qualitativa concentrada na análise da legislação vigente para distinguir o que é crime ou não é e compreender os limites da liberdade.

Resultados e Discussão

De acordo com o artigo 5º da Constituição é livre a manifestação de expressão, independente se for censurada ou se houver licença para tal. Então, não é previsto um limite para a liberdade no país. O artigo 19º da DUDH diz que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Com isso, é declarado que todo cidadão tem o direito protegido de se expressar, sem medo ou restrição quanto ao conteúdo. Portanto, a de se mencionar que não existe tipificação penal para ir

II CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



— 18 A 22 DE SETEMBRO DE 2023 —

contra o pensamento de outrem. Mas a que se falar que existe a proteção aos crimes de honra tipificados no Código Penal Brasileiro, que condena por calúnia, difamação, ou injúria. Crimes que são condenáveis por extrapolar no uso da liberdade de manifestação.

Conclusão

A democracia é o direito à livre manifestação e essa manifestação é um direito previsto e que não é limitado pela Carta Magna. Mas é protegida pelo tipo penal crime de honra. Portanto, existe limites para o uso da liberdade. Tal limite se exige da sociedade respeito e altruísmo.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/civil_03/co_civil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 19 set 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. 1940. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848compilado.htm.
Acesso em: 19 set 2023

Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 19 de setembro de 1948: Disponível em: . Acesso em 19 de setembro de 2023